

DIREITO DA ECONOMIA

1.º SEMESTRE

3.º ANO TURMA NOITE

PROFESSOR DOUTOR GUILHERME WALDEMAR D'OLIVEIRA MARTINS

2026/2027

Parte I

Aspetos gerais de direito da economia

Capítulo primeiro Noções introdutórias

- 1 - Objeto e funções do direito da economia
- 2 - Evolução do direito da economia
- 3 - As fontes do direito da economia - Aspectos gerais
- 4 - Especificidades de metodologia jurídica no direito da economia - a *juridicização* de conceitos e avaliações económicas – o direito da economia como área que pulveriza as fronteiras tradicionais entre direito público e direito privado

Capítulo segundo A constituição económica

- 1 - Conceitos de constituição económica
- 2 - As constituições económicas portuguesas - perspetiva histórica sumária

3 - A constituição económica de 1976

3.1. - O contexto da adopção da constituição económica de 1976 - a ruptura constitucional de 1974-75 – e os princípios gerais da constituição de 1976 na sua formulação originária

3.2. - As revisões constitucionais de 1982 e de 1989 (em especial)

3.3. - As revisões constitucionais posteriores a 1989 e a sua interação com o processo de integração europeia

4 - A emergência de uma constituição económica europeia

Capítulo terceiro

Iniciativa económica e intervenção económica pública

1 - Iniciativa económica e estrutura de propriedade dos meios de produção

2 - O setor cooperativo e social

3 - O setor privado

3.1. - Conceito e delimitação do setor privado

3.2. - O problema dos sectores vedados à iniciativa privada - evolução e sentido atual do regime de delimitação de sectores

4 - O setor público

4.1. - Perspetiva geral

4.2. - O setor empresarial público em Portugal

4.2.1. - Nacionalizações e setor empresarial do Estado

4.2.2. - O regime do setor empresarial do Estado

4.2.3. – O novo Estatuto do Gestor Público (Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março)

4.2.4. - A reforma da administração pública e a proliferação de institutos públicos empresariais - o regime dos institutos públicos

4.2.5. - O sector empresarial autárquico e regional

4.2.5.1. – As reformas recentes do regime do sector empresarial local

4.2.5.2. - O sector empresarial público das Regiões Autónomas

5. Instrumentos de intervenção pública na economia

5.1. Regulação, supervisão e autoridades administrativas independentes

5.2. Incentivos económicos, benefícios fiscais e financiamento público

5.3. Contratação pública, empresas públicas e participações do Estado

5.4. Fundos europeus, PRR e Portugal 2030

6. Concorrência e funcionamento dos mercados

6.1. Defesa da concorrência e competências da Autoridade da Concorrência

6.2. Práticas restritivas, concentrações e controlo de auxílios de Estado

6.3. Concorrência, inovação e proteção dos consumidores

6.4. Desafios concorrenciais nos setores da energia, habitação, transportes e serviços financeiros

7. Estudo de caso: análise de processos de privatização e de nacionalizações (implica escolha de uma empresa e de elaboração do relatório histórico do processo)

Capítulo quarto

Novos temas do Direito da Economia

1. Economia digital e inteligência artificial

1.1. Plataformas digitais, dados e poder económico

1.2. Regulamento dos Mercados Digitais e Regulamento dos Serviços Digitais

1.3. Inteligência artificial: inovação, concorrência, responsabilidade e regulação

1.4. Proteção de dados e confiança nos mercados digitais

2. Transição climática e política energética

2.1. A intervenção económica do Estado na descarbonização

2.2. Energias renováveis, redes, armazenamento e licenciamento

2.3. Fiscalidade verde, economia circular e financiamento sustentável

2.4. Segurança energética, acessibilidade dos preços e justiça social

3. Habitação, crédito e coesão social

3.1. Habitação como mercado e como bem constitucionalmente relevante

3.2. Regulação do arrendamento, política de solos e incentivos à oferta

3.3. Crédito à habitação e supervisão financeira

3.4. Tensões entre liberdade económica, direito de propriedade e função social

4. Síntese e casos práticos

4.1. Compatibilização entre competitividade, sustentabilidade e coesão

4.2. O papel do Direito da Economia perante falhas de mercado

4.3. Estudos de caso: apoios a renováveis; plataformas digitais; medidas de habitação; fundos europeus e auxílios de Estado

Parte II

Laboratório de Direito da Economia: regulação, inovação e decisão pública

1. Metodologia de trabalho

1.1. Análise de casos, documentos regulatórios e decisões administrativas

1.2. Trabalho em equipas multidisciplinares

1.3. Simulações de negociação, consulta pública e decisão regulatória

1.4. Apresentações breves e discussão crítica entre pares

2. Oficinas temáticas

2.1. Plataformas digitais e IA

Simulação de uma investigação por abuso de posição dominante ou de uma consulta pública sobre uso de IA numa plataforma.

2.2. Energia e transição climática

Análise da autorização de um projeto renovável: licenciamento, impacto territorial, preços, concorrência e auxílios públicos.

2.3. Habitação e intervenção pública

Elaboração de parecer sobre uma medida de regulação do arrendamento ou incentivo fiscal à construção acessível.

2.4. Contratação pública e fundos europeus

Avaliação de um procedimento financiado pelo PRR/Portugal 2030, identificando riscos de concorrência, transparência e execução.

2.5. Concorrência em mercados essenciais

Simulação de uma decisão da Autoridade da Concorrência nos setores da banca, telecomunicações, transportes ou distribuição alimentar.

2.6. Diplomacia paralela e grupos de pressão

Simulação de um processo em que haja intervenção de um grupo de pressão.

3. Produto final

Cada equipa produz, à escolha:

- um parecer jurídico-económico curto;
- uma proposta de regulamento ou medida pública;
- uma nota técnica para uma entidade reguladora;
- uma defesa oral numa audiência ou consulta pública simulada.

4. Competências a desenvolver

- identificação de falhas de mercado e interesses em conflito;
 - articulação entre Constituição, direito administrativo, concorrência e direito da União Europeia;
 - leitura crítica de dados económicos e documentos de política pública;
 - argumentação, negociação, escrita jurídica e comunicação oral.
-